

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação de recursos hídricos vigente, demais normas pertinentes e no protocolado sob nº **18.442.176-3**, emite a **Declaração de anuência prévia para perfuração de poço**, nas condições abaixo especificadas:

Declaração: 12939/2021/AP-GOUT**Validade: 15/12/2022****Nome/Razão Social:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**CPF/CNPJ:** 76.206.481/0001-58**Empreendimento:** CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA LINHA GRAÇA ARANHA**Endereço:** LINHA GRAÇA ARANHA**Município:** Medianeira**Localidade:** ZONA RURAL**UF:** PR**Ponto de interferência****Bacia hidrográfica:** Iguaçu**Tipo de poço:** Poço Tubular**Aquífero:** Aquífero Serra Geral**Coordenadas UTM:** 7.195.580,00 N 794.369,00 E**Código do ponto:** 269685**Dominialidade:** Estadual**Comitê:** Baixo iguaçu**Identificação do poço:** LINHA GRAÇA ARANHA**Profundidade:** 100,00**Fuso:** 21 (SIRGAS 2000)**Código Ottobacia:** 862114984**Condições projetadas de exploração**

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vazão (m³/h)	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19
Horas/Dia	23:41	23:41	23:41	23:41	23:41	23:41	23:41	23:41	23:41	23:41	23:41	23:41
Dias/Mês	30	28	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Vazão (m³/dia)	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50

Horário de bombeamento: Livre

Finalidade	Tipo/Porte	Quantidade	Vazão (m³/dia)	Vazão total (%)
Abastecimento coletivo tipo I (abastecimento comunitário)	População rural (habitante)	45,00	4,50	100,00

Restrições

Tipo de restrição	Distância (m)	Raio restritivo (m)	Raio impeditivo (m)	Soma vazões máximas (m³/h)
Área pública	900,00			

Responsável Técnico**Projeto****Nome:** MARCELUS VINICIUS KLINGUELFUS BORGES**Conselho:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia**Formação:** GEÓLOGO**UF:** PR **Registro:** 32742/D**Visto:** -**ART:** 1720216302165**Condições**

- Art. 1º** A Anuência Prévia somente faculta ao requerente o direito de perfurar o poço tubular, não conferindo o direito de uso de recurso hídrico subterrâneo.
- Art. 2º** O projeto de construção do poço para captação de água subterrânea deve ter como elemento necessário o conhecimento da localização e o cadastro dos poços existentes próximos (NBR 12212/1992). O potencial de interferência com poços próximos, áreas de restrição e áreas contaminadas deve ser previamente avaliado, e se confirmado, informado ao INSTITUTO.
- Art. 3º** No caso de possíveis interferências com poços próximos, a emissão de outorga de direito de uso, ou sua dispensa, poderá ser precedida, quando couber, de exigência do INSTITUTO ao usuário, da realização de testes de interferência entre poços e/ou avaliação de áreas contaminadas. Sendo que, a outorga poderá ser indeferida ou emitida com condicionantes quanto à vazão e ao período de exploração.
- Art. 4º** Concluída a perfuração do poço tubular e considerado produtivo, o requerente não poderá fazer uso da água antes da solicitação e emissão

Condições

da respectiva Outorga de Direito de Uso.

- Art. 5º** Caso o poço tubular seja considerado improdutivo ou apresente limitações a sua exploração futura, o requerente deverá informar esta condição através do formulário Resultado de Perfuração de Poço e realizar o seu devido tamponamento temporário ou permanente em até 60 (sessenta) dias após a perfuração do poço tubular.
- Art. 6º** O poço tubular perfurado deverá ter uma proteção sanitária de laje de concreto com dimensão mínima de 1,0 m² e espessura de 10 cm, concêntrica ao tubo de revestimento e com declividade para as bordas, o qual deverá ser cercado e protegido, por uma área mínima de 4,0 m².
- Art. 7º** A Anuência Prévia não enseja renovação, alteração e transferência de titularidade, sendo necessária a abertura de novo processo administrativo se houver interesse do requerente.
- Art. 8º** O anuído está sujeito à fiscalização do INSTITUTO, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao local da execução do poço e à documentação relativa à Anuência.
- Art. 9º** O não cumprimento da legislação de recursos hídricos vigente e aos termos desta anuência prévia sujeitará o anuído às sanções previstas na Lei 12.726/99 e nos decretos 9957/2014 e 12.416/2014.
- Art. 10º** Esta anuência não dispensa nem substitui a obtenção pelo outorgado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.